



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

**MEMÓRIAS SOBRE VARGAS: UM DIÁLOGO ENTRE
PERSPECTIVAS FAMILIARES E POLÍTICAS**

Aline Leonardo da Silva

Brasília, dezembro de 2025

Aline Leonardo da Silva

Memórias sobre Vargas: um diálogo entre perspectivas familiares e políticas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito para obtenção de título de Licenciatura em
História pela Universidade de Brasília

Orientadora: Dra. Teresa Cristina de Novaes Marques

Banca Examinadora: Dra. Albene Menezes
(Universidade de Brasília), Dra. Léa Carrer Iamashita
(Universidade de Brasília).

Brasília, dezembro de 2025

RESUMO

Análise de memórias conflitantes sobre a mesma figura: Getúlio Vargas. Examinam-se memórias voluntárias, como autobiografias, e provocadas, a exemplo de entrevistas, de dois colaboradores próximos a Vargas. São contrapostos os registros de memória da filha de Vargas, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, e de Juracy Magalhães, militar que foi indicado à interventoria da Bahia por Getúlio em 1931, depois de participar ativamente da Revolução de

30. Em anos posteriores à morte de Vargas, tanto Alzira como Juracy rememoraram a experiência de participar do Governo e construíram narrativas sobre o antigo Presidente. Os registros de memória, produzidos em circunstâncias e em momentos diferentes das vidas de Alzira e Juracy, revelam oscilações da memória, a seletividade e a centralidade da experiência de estar no Governo para ambos os testemunhos.

Palavras-chave: Memória; Alzira Vargas do Amaral Peixoto; Juracy Magalhães; Getúlio Vargas.

1. Introdução

Este exercício analisa a memória individual sobre Getúlio Dornelles Vargas, a partir de dois depoentes diferentes. Tomando-se as lembranças de Alzira Vargas e Juracy Magalhães registradas em entrevistas e escritos autobiográficos, o artigo busca identificar como e por que ambos lembraram de Vargas. O exercício explora a imagem que os dois construíram do antigo presidente, quais são as qualidades do líder político que ambos destacam, além das estratégias narrativas que adotam para justificar, e até apagar, o autoritarismo do qual fizeram parte.

De um lado, temos Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha de Vargas, nascida em 1914. O exame da bibliografia – sua autobiografia e as entrevistas que concedeu – revelam que Alzira sempre foi grandemente influenciada por seu pai. Do outro lado está Juracy Montenegro Magalhães, um militar que fez parte do movimento tenentista que surgiu na década de 20 e foi um dos articuladores do movimento que deu fim à Primeira República, conhecendo Getúlio Vargas em novembro de 1930, quando este já era chefe do Governo Provisório.

Para recuperar as memórias de Alzira foram consultados seu livro “Getúlio Vargas, meu pai”, publicado em 1960, no qual relembra a jornada política do pai até o ano de 1938, e os depoimentos que deu ao CPDOC nos anos de 1979 e 1991. Ambos os depoimentos, no entanto, não estão disponíveis para acesso de forma virtual. Com essa dificuldade, então, foram usados de base o livro “Getúlio Vargas: uma história oral”, que contém

partes do depoimento de 1979, e o artigo “A guardiã da memória” de Ângela Gomes, no qual se encontra uma análise do depoimento de 1991, para se ter acesso a uma parcela de ambas as entrevistas.

No caso de Juracy, foram analisados dois livros, o primeiro se chama “Minha vida pública na Bahia”, publicado em 1957, e o segundo “Minhas memórias provisórias: depoimento prestado ao CPDOC”, de 1982. O livro de 1957 trata da experiência de Juracy Magalhães como interventor da Bahia. A obra se divide em duas partes, na primeira, temos um prefácio que foi escrito por Ruy Santos, e a segunda, consiste em vários discursos proferidos por Juracy durante toda sua vida política. Já na obra de 1982, encontra-se o depoimento dado por ele ao CPDOC, e que trata de sua trajetória política.

A fim de analisar essas memórias, a principal referência teórica consultada é a obra de Ecléa Bosi, autora do livro “Memória e sociedade: memórias de velhos”. Nesta obra, a autora investiga as diferentes motivações e meios pelos quais as pessoas lembram de acontecimentos e defende que “a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento” (Bosi, 1994:39).

Argumenta Bosi que existe uma complicação, e até incapacidade, pessoas reviverem o passado tal como ele ocorreu, além de existir uma diferença no modo como jovens e idosos se lembram. No caso dos idosos, tendo passado por redes sociais bem determinadas em que viveram, construíram quadros de referência cultural e familiar, e adquiriram, portanto, uma base mais sólida para construir memórias. Pessoas mais jovens, por sua vez, ainda estão absorvidas em todos os embates presentes, o que explicaria as diferentes formas como um mesmo acontecimento é contado de acordo com o momento da vida em que o depoente o relata (Bosi, 1994:60). Tendo em vista as diferenças de ano entre as biografias e os depoimentos de ambos os depoentes, a análise a partir do estudo de Bosi é essencial.

Para conhecermos o modo de lembrar de cada indivíduo, estudar a sua autobiografia e o modo como narra sua própria história nos ajudará a mostrar como a lembra (Bosi, 1994:68).

Outro ponto importante, defendido por Bosi, é o de que para os idosos, a memória tem outro significado, pois, ela é como um tesouro do qual são guardiões, e suas vidas ganham objetivo quando podem compartilhá-lo com aqueles que as queiram ouvir. Por isso, suas rememorações costumam ser cheias de nostalgia, frustrações e emoções, além de

demonstrarem, muitas vezes, interesse em rememorar. Se o adulto, por vezes, não encontra tempo para fazer o exercício de lembrar, para o idoso isso é como uma obrigação (Bosi, 1994:82, 83).

Outro trabalho que servirá de base para análise das memórias é o artigo “A guardiã da memória”, da historiadora e professora brasileira Ângela de Castro Gomes. Neste artigo, encontra-se uma análise do depoimento de Alzira ao CPDOC, além de uma exposição a respeito da memória como um tesouro do qual somos guardiões.

De acordo com Gomes, o guardião é como um “profissional da memória”, uma função que costuma ser desempenhada, em contextos familiares, pelos avós. Um guardião, no entanto, só se torna um a partir de acontecimentos e motivações específicas (Gomes, 1996: 21, 22).

A fim de discutir o método a história oral, consultou-se o livro “Usos e abusos da história oral”, organizado por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado. A obra, publicada pela primeira vez em 1996, conta com vários artigos de historiadores e pesquisadores diferentes, explorando o tema de história oral de diferentes formas.

Debate-se o significado de memória e da sua característica seletiva, afetada pelo presente e por ser afetiva. A história oral é uma fonte legítima de pesquisa, assim como o é o surgimento, crescimento e desenvolvimento deste campo historiográfico. Consideram-se os depoimentos e as dificuldades encontradas por historiadores ao trabalhar com eles e os riscos e problemáticas enfrentados por aqueles que trabalham com a história oral. Biografias e autobiografias como fonte e a importância de uma metodologia para se trabalhar na área.

Além disso, também será feito um aprofundamento nos conceitos de honra e vergonha, apresentados pelo antropólogo britânico Julian Pitt- Rivers, em seu ensaio “Honour and social status”, que faz parte do livro “Honour and Shame”, editado por John G. Peristiany (Peristiany, 1966). Os dois conceitos se fazem importantes quando se nota a presença de ambos durante as rememorações de Alzira e Juracy.

A hipótese de trabalho é que Alzira e Juracy, além de narrarem os acontecimentos de forma divergente, também utilizam diferentes mecanismos para justificarem o autoritarismo, que esteve presente em suas carreiras políticas. Enquanto Alzira o nega ou argumenta a falta de outros meios para o pai governar, Juracy assume sua existência do autoritarismo apenas em momentos em que se colocou contra Vargas, eximindo-se de responsabilidade sobre os

atos que praticou como interventor e pregando seu viés democrático a todo momento.

Para realizar a análise dos dois objetos de estudo, primeiro será feito um aprofundamento nos conceitos de memória e história oral a partir da obra “Usos e abusos da história oral”, em seguida uma discussão a respeito dos meios e motivações por trás da rememoração dos dois depoentes, além do que dizem a respeito de Getúlio Vargas, recorrendo-se ao livro de Bosi “Memória e sociedade: memórias de velhos” e ao artigo “A Guardiã da memória” de Ângela Gomes. Posteriormente, os conceitos de honra e vergonha serão discutidos, com o apoio do artigo “Honour and social status” de Julian Pitt-Rivers, para, por fim, chegarmos a uma conclusão a respeito das lembranças dos dois indivíduos estudados e a importância da história oral para a realização desta pesquisa.

2. História oral

Os debates a respeito da história oral e sua importância são pertinentes para este exercício. Baseando-se na obra “Usos e abusos da história oral”, tenta-se compreender o potencial e possíveis limitações dessa abordagem quando se trata da análise de memórias.

De acordo com o historiador francês Henry Rousso, “a memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado” (Rousso, 2006:94). Sendo uma preocupação dos historiadores por muito tempo, a memória do indivíduo consiste em uma reconstrução de acontecimentos já transcorridos, que tem como consequência uma representação seletiva de um passado envolvido por seu contexto familiar, sociedade e nação em que vive (Rousso, 2006:94).

O desenvolvimento da história oral trouxe muitas inovações ao campo historiográfico, como uma oportunidade de escuta dos grupos marginalizados, que acabaram sendo excluídos da história, e de histórias locais. Sendo vista até como “outra história” em alguns países, principalmente germânicos (François, 2006:3).

Com a existência de sociedades nas quais a transmissão de costumes, crenças e conhecimentos é feita de forma oral, o estudo desta oralidade começou no campo da antropologia, como uma tentativa de desenvolvimento de uma forma de

entendimento destas diferentes culturas. A comunicação é um dos pontos principais da vida humana e estudar a oralidade é se aproximar mais desse processo de comunicabilidade (Lozano, 2006:15,16).

O sociólogo Michael Pollak, argumentava que a história oral preenchia algumas lacunas da história (Becker, 2006:30)⁴, área que se interessou pela oralidade em si quando ficou claro que, com seu uso, o desenvolvimento de novos conhecimentos e criação de novas fontes se tornariam possíveis (Lozano, 2006:16).

É importante salientar que a história oral é mais do que apenas a transcrição de uma entrevista, por exemplo, ou um relato de vida e experiências, ela produz conhecimento histórico científico e sério, fazendo uso, assim como o método histórico tradicional, de várias etapas do exame histórico. Com contato de diferentes espectros sociais, e ênfase nas interpretações de processos históricos sociais, que são dadas por meio da oralidade, a história oral dá destaque a diferentes versões originadas de diferentes atores sociais. Além de proporcionar a construção de novas fontes orais, que são constituídas a partir de depoimentos, colhidos de forma sistemática, e com o uso de métodos específicos (Lozano, 2006:16, 17).

Alguns podem pensar que, diferentemente da escrita, a forma oral contém uma naturalidade maior o que não é necessariamente verdadeiro. Durante um depoimento para uma pesquisa oral, o depoente costuma já ter refletido a respeito do que quer ou não falar, coisas as quais queria dar ênfase e até respostas para prováveis perguntas, já que sabe do tema e motivos pelos quais está sendo entrevistado antes. Não é muito comum realizar uma entrevista sem um aviso prévio, de forma improvisada (Becker, 2006: 28).

Jacques Ozouf, historiador francês, incluía a história oral no que chamava de “arquivos provocados”. Arquivos estes que Jean-Jacques Becker argumentava pertencerem a mesma categoria que as memórias, mesmo que estas pudessem ser autoprovocadas, já que alguns escrevem sobre suas lembranças sem que ninguém os peça (Becker, 2006: 28).

Todos os arquivos provocados têm uma característica em comum: são sempre feitos depois do acontecimento. O que pode acarretar alguns problemas durante a rememoração, como o resgate de lembranças equivocadas de forma involuntária ou que sofreram algum tipo de transformação posteriormente, seja de forma inconsciente ou proposital. Um motivo por trás da transformação voluntária de memórias pode ser

para que ela faça sentido com a narrativa que se quer criar durante a entrevista ou simplesmente para que a lembrança transformada justifique ações e decisões que foram tomadas (Becker, 2006: 28).

Existe alguma forma, então, de saber se o entrevistado está sendo sincero ou não? Jacques Ozouf chegou a dizer que a probabilidade do depoente ser honesto aumenta quando se fala de um passado mais remoto, enquanto Pierre Laborie, historiador francês famoso por seus estudos a respeito da opinião pública francesa durante a Segunda Guerra Mundial, relatou que notou, durante os interrogatórios que realizava, um desejo, por vezes inconsciente, dos depoentes se colocarem como do lado certo (Becker, 2006:29).

As biografias também são uma grande preocupação dos historiadores e, na opinião de Giovanni Levi, é o centro da maioria das questões metodológicas da historiografia contemporânea. Será possível escrever a trajetória de vida inteira de um indivíduo? Ele argumenta que a biografia é um meio pelo qual técnicas da literatura se transmitem à historiografia e nos conta como Rousseau, que acreditava ser possível, fez a sua autobiografia e logo depois falou sobre ser mal compreendido já que, em sua opinião, não dava para comunicar sua própria verdade, chegando à conclusão de que, mesmo podendo contar sua vida, era impossível que não fosse deturpada pelos leitores (Levi, 2006:167, 168, 169, 171, 172).

A própria formação progressiva e não linear da identidade, assim como suas contradições, são problemas para os historiadores quando se trata da biografia em si (Levi, 2006:173). Pierre Bourdieu alega que o relato autobiográfico, muitas vezes, tem como base o desejo e preocupação de dar sentido aos acontecimentos. Os que tem um interesse em fazer sua biografia, transformando-se em ideólogos da própria vida, selecionam, com uma intenção clara, os momentos que deseja narrar, estabelecendo também pontos de encontro entre eles, para que exista uma coerência (Bourdieu, 2006: 184, 185).

Tendo o relato de vida como uma forma de apresentação pessoal de si, Bourdieu argumenta que mesmo podendo variar em forma e conteúdo, a depender da forma como foi investigado, por exemplo, o objeto final, ou seja, a oficialização deste relato acarreta uma série de censuras específicas (Bourdieu, 2006: 189).

Para Gabriele Rosenthal, o ato de, ao utilizar fontes biográficas ou autobiografias como base de dados em uma pesquisa, contrastá-los com outras fontes históricas, e até

outros depoimentos, para que então se tenha uma comprovação maior de credibilidade e exatidão destes textos, é uma consequência da indagação a respeito da memória e honestidade do entrevistado, quando se trabalha com esse tipo de documento (Rosenthal, 2006:193).

Para a autora, entender relatos de vida requer dar ao depoente espaço para que crie sua narrativa, respeitar a ordem narrativa que utilizaram enquanto se analisa o relato e analisar partes isoladas como pedaços que tem uma função no todo (Rosenthal, 2006:199).

Ao realizar um estudo a respeito da entrevista em si, a crítica e acadêmica argentina de estudos da comunicação, Leonor Arfuch afirma que o uso da linguagem, durante a entrevista, remete-nos a conversas e diálogos, coisas cotidianas. Essa similaridade, por vezes enganosa, acaba delimitando o espaço social ocupado pela entrevista, podendo ser, de um lado um diálogo com trocas entre pessoas diferentes, e, do outro, algo mais sério, com uma escrita formal e institucional (Arfuch, 1995:29, 30). Isso a torna conflituosa e expõe a necessidade de analisar a entrevista sob diversas perspectivas diferentes, já que é um espaço público que pode envolver interesses individuais, objetivos de interlocutores, política, disputas a respeito do significado e veracidade do que se é relatado, além da exposição de vidas privadas (Arfuch, 1995: 30).

A comparação dos depoimentos de Juracy e Alzira deve acontecer tendo-se em vista a resposta para a pergunta: como e por que suas memórias divergem entre si? Levando em conta o momento de cada sessão de entrevista e como elas ocorreram, já que, tudo isso também interfere na forma como se escolhe como e o que narrar.

3. Como lembram? Alzira Vargas

Iniciou o seu envolvimento com a política ao auxiliar o pai com pequenas tarefas, como organizar seus livros. Com o tempo, ganhou cada vez mais espaço e a confiança de Getúlio para se tornar a sua arquivista particular. Passou a decodificar mensagens cifradas, e assumiu a responsabilidade da gestão de parte da correspondência de Vargas com o governo norte-americano. Em 1937, foi oficialmente nomeada como auxiliar de gabinete pelo pai. Sua vida era entrelaçada com a dele. Fez o curso de Direito por sua instrução e, também, por ordem sua. Em

1945, quando o governo entrou em crise, Alzira foi importante articuladora da criação do Partido dos Trabalhadores Brasileiros (PTB).

Quando Vargas foi deposto, Alzira também se demitiu de vários cargos que ocupava e só voltou a desempenhar funções oficiais quando o pai retornou à presidência, em 1951. Nunca se afiliou a qualquer partido, como o patriarca, e exerceu um papel de grande importância na crise política de 1954, cujo desfecho foi o suicídio de Vargas.¹

Depois da morte do pai, Alzira se empenhou na escrita do livro “Getúlio Vargas, meu pai”, publicando-o em 1960. Em 1973, doou ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) os arquivos de Vargas que haviam sido conservados e organizados por ela desde 1930 (Coutinho, verbete: Alzira Vargas do Amaral Peixoto). Chegou a prestar um breve depoimento ao CPDOC entre abril e maio de 1979, depois disso, passou anos se negando a depor, até que o fez em 1991, concedeu outro depoimento que acabou não sendo concluído já que faleceu antes de o terminar, em janeiro de 1992 (Gomes, 1996:17).

Para a análise das memórias de Alzira, foram consultados o seu livro “Getúlio Vargas, meu pai”, publicado em 1960, e suas entrevistas ao CPDOC, nos anos de 1979 e 1991. Em seu livro, encontra-se um relato emotivo e forte de uma filha que havia sofrido recentemente com a perda do pai, começou a escrevê-lo logo após o falecimento do mesmo e narra suas ações até o ano de 1938. Em uma tentativa de construir uma imagem do genitor, que, na sua opinião estava sendo deturpada, Alzira justifica muitos de seus atos.

A escrita do livro em si é muito interessante e diferenciada, pois a autora vai e volta no tempo várias vezes, sem narrar os acontecimentos de forma linear e, sempre que pode, expressa o quanto o pai foi injustiçado tanto em vida, quanto após sua morte, com a tentativa de muitos de sujar o nome de Vargas. Como o título já sugere, a rememoração gira em torno da figura de Vargas e somente dele, mesmo quando fala de si e de seus próprios sentimentos só cita as partes que se entrelaçam com a vida do pai, antes, durante e depois de assumir o poder, e a visão que tinha do líder.

Em suas entrevistas ao CPDOC, Alzira manteve uma condição durante anos: a de falar apenas sobre seu pai, e não sobre si (Gomes, 1996:17). Novamente temos um relato

¹ Coutinho: Verbetes - Alzira Vargas do Amaral Peixoto.

voltado totalmente à figura de Getúlio, porém, mesmo que ainda emotivo, menos que no livro, pois tinha tido mais tempo para lidar e processar a perda, além do amadurecimento sofrido com o avanço da idade.

Seu primeiro depoimento, ocorrido entre abril e maio de 1979, foi interrompido pela falta de tempo em consequência de sua vida atarefada, e nunca mais retomado. O segundo, entre setembro e outubro de 1991, aconteceu com iniciativa da própria Alzira, que entrou em contato com o CPDOC para depor, depois de ter se negado a fazê-lo por anos (Gomes, 1996:17). Tinha a intenção de escrever sobre o “Ciclo Vargas” e esta entrevista a ajudaria na viabilização mais rápida deste projeto que, assim como o depoimento, nunca seria terminado, uma vez que Alzira faleceu antes de concluir as entrevistas (Gomes, 1996:28).

A imagem que tinha de Getúlio era bem diferente de qualquer outra pessoa. É importante considerar que, durante os anos iniciais de socialização, de acordo com Ecléa Bosi, as crianças costumam ouvir muitas histórias contadas por avós, tios e outros adultos com quem se relacionam, com isso, todos os acontecimentos externos chegam a ela depois de serem filtrados e sofrerem diversas interpretações diferentes pelos parentes (Bosi, 1994:423). Foi assim que Dona Alzira, quando ainda criança, começou a formar a imagem de seu pai.

Ela reconstituiu a infância e adolescência de Vargas através de relatos de familiares e observações pessoais, uma certeza que tinha sobre esse período da vida do pai era de que ele tinha uma predestinação a liderar (Peixoto, 1960:3). Segundo Bosi, a família tem uma forte força na formação das memórias, pois, costumamos analisar extensamente aqueles do nosso meio familiar além de, de acordo com o estudioso central das relações entre memória e história pública Maurice Halbwachs, os julgar de acordo com suas ações e características apresentadas no convívio diário (Bosi, 1994:425, 426).

Com Alzira não seria diferente, ela estendia a visão que tinha do pai como um herói no qual se espelhava para o líder político que se tornou posteriormente. Getúlio, para ela, era a maior inspiração de sua vida, generoso, honesto e inteligente, ao passo que, sobre a mãe não tinha uma ideia tão positiva. O machismo, ainda muito presente na sociedade brasileira, era pior durante o século 20 e, talvez, isso tenha ajudado a fixar a ideia de que o pai era a figura maior da casa. A própria Alzira chegou a dizer, durante o depoimento de 1979 que deu ao CPDOC, que via sua mãe como uma “velha chata” e não a levava tanto em consideração, já que na tradição o homem que

mandava em tudo, no final das contas acabou só percebendo o valor da matriarca depois de seu falecimento (Lima, 1986:35).

Maurice Halbwachs diz que, frequentemente, recordar não é viver os acontecimentos novamente, mas sim repensá-los e reconstruí-los baseando-se em concepções recentes (Bosi, 1994:55). Abalada, tanto pela perda, quanto pela tentativa de desmoralização da imagem de Getúlio, Alzira relembra com uma perspectiva afetada pelas preocupações presentes que vivia, mesmo que se acredite deter a memória clara e certa do que aconteceu, ela não é o que de fato se vivenciou durante o acontecimento, mas sim um ponto de vista banhado de ideias atuais (Bosi, 1994:55).

Com o suicídio do pai, a filha mudou drasticamente, sua secretaria particular chegou a comentar a existência de duas Alziras, uma de antes e outra de depois da perda (Gomes, 1996:27). Alguns marcos importantes, como a perda de alguém amado, repartem nossa história em ciclos (Bosi, 1994:417) e foi isso que aconteceu com ela. A partir daí, sentiu-se na obrigação de ‘falar’ pelo pai, que não podia mais se defender (Gomes, 1996:20). Com a idade, sentia essa obrigação só aumentar e, por isso, entrou em contato com o CPDOC para conceder mais um depoimento em 1991, uma vez que, para os velhos, o ato de rememorar acontecimentos passados em que estiveram envolvidos tem muito mais apelo do que para os jovens (Bosi, 1994:63).

Para Alzira, o pai sofria com a exaustão da responsabilidade que carregava e a implicância da mídia. Quando a pede que estude Direito, em troca de seus livros, acredita que havia a feito tal apelação pelo bem da filha e não próprio, mesmo assumindo que ele demonstrou frustração ao falar que nenhum de seus filhos homens desejava seguir seus passos. Em suas palavras, a partir deste momento “abandonara seu trinômio patriarcal e passara a ser o maior defensor do feminismo no Brasil” (Peixoto, 1960:98).

O medo que tinha de, talvez, a figura do pai não ser tão generosa e boa como imaginava é notável durante toda a sua rememoração, principalmente ao falar sobre o seu autoritarismo e a ditadura do Estado Novo.

Em 1932, aconteceu a Revolução Constitucionalista, que tinha como objetivo a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, e Dona Alzira, ao lembrar o fato em 1960, expressa a negação em acreditar que seu pai pudesse ser um ditador, por causa de sua honestidade. Admite já ter se perguntado a respeito, mas chegou à

conclusão de que não era o caso e, ao se referir aos participantes do movimento, os autodenominava “chamados constitucionalistas” (Peixoto, 1960:110).

Toda vez que escreve a palavra ditador, a põe entre parênteses, como uma forma de mostrar seu desagrado com essa denominação quando é utilizada para se referir a Getúlio. E expressa grande felicidade ao, em 1934, seu pai se tornar presidente constitucional e, com isso, não ser mais chamado pelo tão odiado substantivo. Tinha muito medo de, algum dia, descobrir que Vargas a havia mentido, ao mesmo tempo que também temia que lhe contasse a verdade e descobrisse que as opiniões alheias estavam certas.

Durante sua entrevista ao CPDOC, anos mais tarde, nota-se certa mudança em seu modo de lembrar. Diferentemente de 1960, ela não mais exime tanto o pai de sua responsabilidade durante o regime autoritário, mesmo que ainda argumente que, em alguns casos, o líder não tinha conhecimento do que estava acontecendo e, ao descobrir, impedia (Lima, 1986:139).

Após o golpe de 37, distancia-se do pai por um tempo. Para ela, o golpe ia contra tudo em que ele acreditava. Já estava pronta para voltar à vida antiga quando, em 10 de novembro de 1937, Vargas outorga uma nova constituição. Mesmo ao narrar o golpe do Estado Novo, ainda reitera que “para alguns, voltou a ser ditador” (Peixoto, 1960:337), o que faz quem a ler assumir que, para ela, Vargas não era antes.

Mesmo que na época tenha tido suas dúvidas e chegado até a questionar o pai, depois de muito tempo criando coragem, ao relembrar em 1960 fica claro de que é convencida de que era necessário pelo bem da Nação. Chega à conclusão de que foi um sacrifício que o pai fez à sua reputação em nome do povo, já que não se importava de ser chamado de “ambicioso”, “usurpador” ou “ditador”, se isso significasse que estava cumprindo a promessa que fez com a Nação ao assumir o poder em 1930. Além disso, também tem a certeza de que era o que a população clamava no momento e, por existir a vontade popular, todo o governo de Getúlio foi democrático.

Alzira se considerava parcialmente responsável pela criação do DIP, mas argumenta que a sua finalidade principal era o aumento do turismo e, depois, teve seu objetivo deturpado por outros que almejavam atenção na mídia. Em adição, alega que o verdadeiro motivo pelo qual o departamento foi criado “ficou prejudicado pelas perspectivas sombrias de uma próxima guerra mundial” (Peixoto, 1960:361).

Em suas palavras:

De 1930 a 1934 o Brasil foi uma democracia exercida por um ditador, colocado e mantido no poder pela vontade do povo. Em 1934 e até 1937, tornou-se uma democracia constitucional, exercida por um presidente eleito pelo congresso, presumidamente a aristocracia do país. De 1937 a 1945 seria, na pior das hipóteses, uma timocracia dirigida democraticamente por um déspota esclarecido, por intermédio de uma constituição outorgada. (Peixoto, 1960: 385).

4. Como lembram? Juracy Magalhães

Escolhido pelo então líder do governo, tornou-se interventor do Estado da Bahia em 1931, depois de todos os seus esforços durante a Revolução de 30. Em 1934, foi eleito governador constitucional do Estado de forma indireta. Em 1937, negou a proposta feita a ele para que o mandato de Vargas fosse prorrogado e, por causa de sua óbvia contrariedade ao seguimento de Getúlio no poder, quando o golpe já estava marcado, não chegou a ser consultado a respeito como os outros governadores o foram. Assim que o golpe ocorreu, renunciou ao governo estadual por não concordar com ele e deixou a Bahia.²

De volta ao Exército, discutiu a redemocratização e a derrubada do Estado Novo com outros que também se opunham ao governo Vargas. Em 1945, por sugestão sua e de Virgílio de Melo Franco, elaborou-se um manifesto que apoiava a candidatura de Eduardo Gomes à Presidência. Em seguida, Magalhães retornou à Bahia com o objetivo de organizar a União Democrática Nacional (UDN), que teve seus estatutos aprovados em agosto do mesmo ano. Entre 1946 e 1947 foi presidente da Sociedade Amigos da América e participou de forma ativa da campanha anticomunista do país. Durante as eleições presidenciais de 1950, opôs-se à candidatura de Eduardo Gomes, mas acabou participando de sua campanha, ao mesmo tempo em que se candidatou ao governo da Bahia. Tanto Gomes, como Magalhães foram derrotados. Em 1951, recebeu o convite de Vargas para ser presidente do Conselho Nacional do Petróleo, o qual rejeitou, e, logo depois, aceitou assumir a presidência da Companhia Vale do Rio Doce, tornando-se um dos poucos

² Coutinho: Verbete – Juraci Montenegro Magalhães

membros da UDN a aceitar cooperar com o governo varguista. Deixou a presidência da Vale em dezembro de 1952 e se tornou presidente da Petrobrás, em 1954, cargo que deixou dias depois da morte de Vargas por conflitos com o novo presidente da República, Café Filho. Continuou a carreira política até falecer em 2001 (Coutinho: Verbete: Juraci Montenegro Magalhães).

No prefácio do livro publicado em 1957, “Minha vida pública na Bahia”, somos apresentados à trajetória de Juracy Magalhães desde a infância, dividida em cinco capítulos: O soldado, o revolucionário, o administrador, o político e o baiano. Primeiro, conhecemos suas origens e entrada nas forças armadas, depois sua experiência com o tenentismo e feitos durante a Revolução de 30, no terceiro capítulo somos apresentados a sua primeira experiência na política, ao virar o interventor da Bahia, durante o quarto capítulo a Revolução de 30 é narrada mais uma vez, junto com todos os acontecimentos de sua carreira política para, durante o último capítulo, finalizar com uma expressão de seu amor pela Bahia.

Quando toda sua luta e motivações durante a Revolução de 30 são citadas mais de uma vez, tanto no capítulo sobre seu viés revolucionário quanto no que destaca sua carreira política como um todo, fica claro que, para o próprio Juracy sua trajetória na política foi iniciada pelos seus próprios atos durante a revolução, sem muita relação à ação de Vargas de o indicar à interventoria. Essa hipótese se fortalece quando, durante seu depoimento em 1982, na primeira vez que fala sobre sua relação com Getúlio, afirma ter recebido sua simpatia e respeito depois da revolução. Essa é a primeira coisa que fala a respeito do antigo presidente.

É importante pontuar que, mesmo não tendo escrito o prefácio, que ficou como responsabilidade de Ruy Santos, Magalhães o vistoriou antes da publicação. Assim, tudo que está redigido e a forma da narrativa passaram por sua auditoria e permissão. Além disso, todos os fatos relatados giram ao seu redor, que é o personagem principal de todos os acontecimentos. O nome de Vargas é citado pouquíssimas vezes durante as 384 páginas, o que diz muito sobre como Magalhães via o antigo Presidente.

O livro de Magalhães publicado em 1982 é a transcrição de mais de 20 horas de depoimento concedido ao CPDOC. Não é, no entanto, a entrevista ‘crua’ assim como a foi dada, uma vez que passou por edições para que os fatos fossem expostos de forma linear e, novamente, pela vistoria de Juracy, que concordou com o que está ali apresentado e pôde

opinar sobre como a narrativa seria apresentada ao público.

Durante todo o depoimento de Magalhães, é notável a tentativa dos entrevistadores, Alzira Alves de Abreu e Eduardo Vasconcelos Raposo, de extrair o máximo de informações possíveis, por meio de perguntas diretas e objetivas, as quais, por vezes, Juracy acaba não respondendo totalmente e se desvia um pouco do assunto, como é o caso de algumas perguntas feitas a ele a respeito da UDN. Quando perguntado qual era o cerne da oposição udenista ao governo Vargas, ele fala brevemente sobre a origem passional da relação do partido com o antigo Presidente, mesmo tendo argumentado anteriormente que o cerne do partido era a oposição ao Estado Novo, e não uma inimizade pessoal com Vargas (Magalhães, 1982: 117). Depois de afirmar isso, narra as iniciativas de Vargas para derrotar o partido e a reação udenista a esses atos. Ao final da entrevista, Magalhães fala sobre sua posição individual, alegando que não seguia as posições emocionais do grupo, afirmando-se uma pessoa com realismo político (Magalhães, 1982: 136).

Percebe-se que as vezes Juracy se esquivava quando o assunto é a UDN e a oposição do partido a Vargas. Em alguns momentos, fala do partido como se não houvesse feito parte dele, reiterando sua oposição as ações e ideias que rondavam o grupo na época, o que é contraditório já que foi um dos organizadores do partido. Por exemplo, quando o indagam sobre sua reação aos acontecimentos de 54, visto que fazia parte da oposição ao mesmo tempo que estava ligado à Vargas como presidente da Petrobrás, enfatiza a lealdade ao antigo presidente, como se ofereceu a lutar ao seu lado e sua decisão de se demitir depois de sua morte, e acaba não falando sobre seu lado opositor e sua relação com o partido durante tudo isso (Magalhães, 1982:138, 139).

Para ele, as coisas eram totalmente diferentes das que eram para Alzira. A memória de Juracy Magalhães é política e, por isso, marcada por seus ideais e visão de mundo. Nesse tipo de memória, temos um depoente que não se coloca como neutro em nenhum instante, pelo contrário, ele faz questão de indicar o lado em que estava durante os momentos que rememora e reiterar sua posição a todo instante (Bosi, 1994:453).

Isso fica muito explícito quando se declara uma pessoa que age com autenticidade e sinceridade, além de ser um amante da democracia, logo no início de seu depoimento ao CPDOC em 1977 (Magalhães, 1982:10).

A imagem de Vargas, para Juracy, mudava de acordo com as decisões políticas de ambos. Se elas iam de encontro de seus próprios valores, Juracy as respeitava e as via de forma positiva. Se não concordava com as posições de Vargas, Juracy se afastava dele ou discordava do Presidente abertamente. Em alguns momentos políticos lutaram juntos, e em outros, afastaram-se.

Juracy aplica energia a críticas ao golpe de 1937 e ao continuísmo varguista. O que faz sentido já que, como participou e concordou com a Revolução de 30, não via o movimento, ou as suas consequências, como autoritárias, mesmo que, por três anos, tenha assumido a liderança da Bahia por indicação e não pelo voto popular. Durante o seu depoimento ao CPDOC, destaca seu perfil democrático sempre que pode, como quando conta que, em 1933, durante a organização do Partido Social Democrático baiano, em uma reunião com Vargas e outros, foi o único a discordar com a ideia de que a revolução deveria impor-se pela força, pensamento com o qual Getúlio concordou depois, quando estavam a sós (Magalhães, 1982:79).

De acordo com ele, durante as discussões que ocorriam em 1937, entre aqueles que desejavam eleições e os que gostariam que Vargas se mantivesse no poder, a opinião pública era favorável às eleições (Magalhães, 1982:98). Também expressa arrependimento por ter se alinhado ao então presidente em 1934 já que, para ele, foi ali que se deu início ao continuísmo varguista e, quando o percebeu, em 1936, decidiu falar sobre um possível sucessor durante um discurso, o que não agradou o antigo presidente (Magalhães, 1982:100).

Magalhães afirmou para os entrevistadores que deixou claro a Getúlio que não concordava que continuasse no poder e se ofereceu para, junto com outros governadores, submeter uma lista de nomes para que o presidente escolhesse seu sucessor, ideia com a qual, de acordo com Juracy, Getúlio havia concordado. Mas logo depois enviou um recado para o amigo, com quem Juracy estava a discutir o assunto, alertando-o que discordava do que havia dito o governador (Magalhães, 1982:101).

Quando perguntado se, ao tempo do depoimento, depois de toda a experiência política que adquirira com os anos, ainda tomaria a mesma decisão que em 1937, faz questão de reafirmar sua posição democrática e contrária a tudo que ameace essa democracia, ao mesmo tempo que não tem certeza se tomou a decisão correta ao se afastar de Vargas depois do golpe, já que acredita que, se não tivesse o feito, talvez conseguiria ajudar o país a se livrar da ditadura em menos tempo (Magalhães, 1982: 106).

Durante o seu depoimento, fica claro que se Juracy se considerava um grande, necessário e amado político brasileiro, que só queria e lutava pelo bem da nação, como quando declara que era dotado de certo instinto político que o ajudou a fazer um ótimo trabalho como interventor. Enfatiza muito todos os seus feitos depois de renunciar ao governo baiano, para mostrar que era competente, mesmo com todas as tentativas de repressão que sofreu durante a ditadura estado novista, para ele o importante era o retorno do país à democracia (Magalhães, 1982:114).

Ao relembrar seu tempo na UDN, deixa claro que a ideia principal era de oposição ao Estado Novo, e não que nutriam uma inimizade pessoal com Getúlio (Magalhães, 1982:117). Sobre a aproximação da União Democrática com o governo Dutra, alega que nunca havia rompido com o general Dutra, já que ambos queriam a volta da democracia, além de que não seria contra a continuação de Getúlio desde que fosse como presidente (Magalhães, 1982:119).

Quando fala sobre a reaproximação que tiveram em 1950, quando Vargas ofereceu-lhe a presidência do Conselho Nacional do Petróleo, demonstra felicidade por terem reatado o relacionamento pessoal, mesmo com suas divergências políticas e, depois disso, volta a elogiar Getúlio durante a rememoração, afirmando até que se ofereceu a ajudá-lo a lutar quando estava sendo ameaçado de deposição em 1954 (Magalhães, 1982:138). Narra um sentimento de lealdade pelo homem que o havia nomeado e diz que, mesmo depois de sua morte, ainda acompanhava sua memória (Magalhães, 1982:139).

Ao mencionar Juracy em sua rememoração, Alzira o chama de sem tato, e seu ato de falar sobre o sucessor do pai, durante seu discurso em 1936, de uma ação que não havia sido de “bom tom” (Peixoto, 1960: 235). Ainda diz que ele sentia que suas ambições políticas estavam ameaçadas e, por isso, colocava-se contra Getúlio, em conspiração, o que fazia dele parte do grupo dos “anjos rebelados” (Peixoto, 1960:256, 257).

Juracy, por sua vez, não chega a falar sobre Alzira, apenas citando seu nome quando ela estava envolvida em algum momento político do qual se refere.

5. Honra e vergonha

Ao analisar as memórias de Juracy e Alzira, a honra e vergonha que carregam entrelaçada em suas carreiras política fica clara. Julian Pitt- Rivers definiu honra como o

valor que uma pessoa tem em seu próprio ponto de vista, assim como no da sociedade. O indivíduo valida a si mesmo ao apelar para os fatos, sobre os quais impõe suas próprias interpretações a respeito, o que faz com que se envolva em contradições que revelam os conflitos da estrutura social a que pertence (Pitt-Rivers,1966:21).

A honra promove uma conexão entre os ideais da sociedade em questão e sua repercussão no indivíduo, por meio de sua vontade de pessoalizar esses ideais. Toda figura política costuma expressar a vontade de encarnar os valores sociais de onde governa, numa tentativa de ser aceito pela população como um verdadeiro pertencente a ela (Pitt-Rivers,1966:22).

A alegação é de que o sentimento de honra inspira condutas honráveis que, por sua vez recebem reconhecimento e criam uma boa reputação ao indivíduo. “Honra sentida se torna honra reivindicada e honra reivindicada se torna honra paga” (Pitt-Rivers,1966:22). Enquanto a honra pode gerar status, o contrário também pode acontecer, já que ela se deriva não só da reputação do indivíduo em si, mas também de seus antecedentes. (Pitt-Rivers,1966:23).

Muitos tem o desejo de serem considerados honrosos e até acreditam que o ato de mentir e enganar é honroso, enquanto ser visto como alguém que mente, ou ser chamado de mentiroso em público é uma grave afronta a essa honra. Todo o discurso a respeito da mentira em si gira em torno do compromisso moral daquele que mente (Pitt-Rivers,1966:33).

Grupos sociais costumam possuir uma honra coletiva na qual todos participam, que é o caso da UDN, por exemplo. Nesses grupos, os atos, considerados não honrosos, de um membro reflete na imagem dos outros. Quando um membro compartilha algo, é no nome do grupo inteiro, como no ditado popular: diga com quem andas que te direi quem és (Pitt-Rivers,1966:35). Essa ideia é interessante para se refletir sobre as manobras narrativas de Juracy Magalhães para se afastar da ideologia udenista em alguns momentos, quando tenta se caracterizar como o mais esclarecido em relação à imagem que tinha de Vargas em comparação ao resto do grupo.

A vergonha é definida pelo autor como uma preocupação com a reputação, tanto como um sentimento quanto como o reconhecimento público desse sentimento (Pitt-

Rivers,1966:42). Enquanto uma ideia positiva ronda o significado de honra para as pessoas, a vergonha se coloca como desonrosa. Em uma pessoa de boa reputação, no entanto, acredita-se existir os dois, enquanto se ela não for de boa reputação não possui nenhuma. A honra e vergonha seriam, então, de acordo com Julian Pitt- Rivers, os constituintes da virtude (Pitt-Rivers,1966:42).

Honra e vergonha, quando não equivalentes, são opostos um ao outro. Uma pessoa que tem vergonha é sensível a tudo que diz respeito à sua reputação e, portanto, honrável. Mas, se ao invés de obter essa honra com seus próprios esforços, o indivíduo simplesmente a recebe, sente-se humilhado e perde essa honra (Pitt-Rivers,1966:43). A honra se origina de forma individual e depois triunfa no âmbito social. Já a vergonha se origina na ação de outros, ao negar a honra, para depois ser levado, pelo indivíduo, para seu espaço íntimo. Por isso, os conceitos dessas duas palavras podem ser sinônimos, como virtude, ou antônimos como humilhação (Pitt-Rivers,1966:43).

Com os conceitos apresentados por Pitt-Rivers, é perceptível, com base em suas autobiografias e depoimentos, que os sentimentos de honra e de vergonha atravessam os depoimentos de ambos os depoentes.

Juracy carrega honra a valorizar sempre seu ponto de vista durante a rememoração, dando-o grande importância, ao mesmo tempo que o alinha com o que ele acredita que a sociedade também concorde. Sua vergonha também é aparente com suas tentativas de justificativa e desejo em se manter sempre do lado considerado certo da história, para manter a reputação de um político preocupado com o povo e com as suas necessidades, que nunca esteve do lado do autoritarismo ou qualquer coisa que restringisse o povo de tomar suas próprias decisões.

Alzira, fugindo um pouco do comum, tem uma honra e vergonha não individual, mas ligada a outra pessoa, seu pai. Como guardiã de sua memória também é de sua reputação. Sua honra é expressa ao justificar todas as ações de Vargas, defendendo o ponto de vista e ações do antigo presidente como os melhores para a sociedade brasileira da época.

Já sua vergonha é explicitamente apontada por ela ao reiterar várias vezes, tanto durante sua autobiografia quando durante seus depoimentos, a tentativa de muitos de sujar a imagem do pai, tanto antes quanto depois de sua morte. Ato que compõe suas motivações

para rememorar em todo momento. Deixa isso explícito no início de sua autobiografia, em 1960, e anos depois, em 1991, procura o CPDOC para falar sobre Vargas novamente em mais uma tentativa de defendê-lo de pessoas, na sua opinião, mal-intencionadas. De acordo com ela, Getúlio foi vítima dessas pessoas e da mídia durante toda sua carreira política.

6. Conclusão

Juracy e Alzira viveram muitos dos mesmos momentos políticos e, ainda assim, os narram de maneira diferente. Isso acontece porque suas formas de lembrar são divergentes, enquanto Alzira tem uma memória mais familiar e afetiva em relação à Getúlio, sempre colocando a imagem que tem dele como o pai em quem se inspira acima de todas as suas decisões políticas, Juracy expressa uma memória mais política, sempre narrando os fatos a partir de sua visão de mundo e ideologia.

As rememorações dos dois depoentes também deixam claro como o passado pode ser reconstruído e reinterpretado com base nos interesses de quem o conta. Posições sociais e políticas, criação e círculo familiar, trajetória individual e diferentes interesses moldam as narrativas que serão compartilhadas em biografias ou entrevistas posteriormente.

Alzira não admite, ou se permite pensar, que o pai tenha sido autoritário, enquanto Juracy só admite o autoritarismo de Vargas em momentos em que esteve contra ele, em uma tentativa de se abster de qualquer responsabilidade no passado autoritário do país, já que se vê como um grande lutador pela pátria.

O significado da Revolução de 30 é um bom exemplo dos pensamentos conflitantes dos dois depoentes analisados, já que, mesmo tendo uma ideia semelhante do movimento, viam-no como uma revolução e não um golpe, rememoram as ações de Vargas de forma diferente. Enquanto Alzira via o pai como um homem que foi pressionado a liderar a grande Revolução e acabou cedendo pela libertação política do Brasil (Peixoto. 1960:49). Juracy, tendo agido diretamente na conspiração, desde 1926, carrega bastante significado em suas ações e via Vargas apenas como a figura escolhida para liderar depois de todos os esforços feitos pelo tenentismo. Para ele, Getúlio era uma figura da qual ganhou o respeito e simpatia, assim como de outros políticos com mais experiência, após suas ações em 30 (Magalhães,

1982:71).

O antigo interventor, ao citar as conquistas do povo após 1930, como o voto feminino, sempre dá os créditos à Revolução como um todo, e não às ações varguistas.³ Diferentemente, Alzira personifica as decisões de governo e resume quase tudo às ações de um homem só - Getúlio Vargas. De acordo com ela, o pai era alguém que “nunca negou solidariedade, afeto e compreensão a quem quer que o procurasse” (Peixoto, 1960:25). Ele era o líder que derrotaria o governo que errava com a pátria e não se importava de ser insultado se fosse pelo país.

Existe, no entanto, uma coisa que compartilham ao lembrar, a não neutralidade está presente em toda a narrativa de ambos. Ao narrar a trajetória do pai em sua autobiografia, Alzira conta com detalhes momentos que ela mesma assume posteriormente, na época, não se interessar e nem entender de muito a respeito, como é o caso de sua lembrança dos acontecimentos de 1930. Sua narrativa dos acontecimentos, porém, não se parecem com as de alguém que não estava envolvida totalmente em tudo. Bosi chegou a comentar sobre esse comportamento que alguns expressam ao lembrar, ela alega que muitas das lembranças que acreditamos ser nossas, na verdade, vieram de outros por meio de conversas, com o tempo nós a enriquecemos com experiências próprias e, antes que se perceba e de forma inconsciente, parecem terem sido pessoais desde sempre (Bosi, 1994:407). Nota-se muito isso durante toda a narração de Alzira, pois ela absorveu memórias que as vezes não eram suas como tal e as banharam com todo seu amor pela imagem do patriarca.

As motivações para lembrar da figura de Vargas mudam de acordo com o depoente. Para Alzira, era uma tentativa de limpar a imagem do pai que continuava sofrendo deturpações, Já Juracy se lembra de Getúlio porque ele fez parte de sua jornada política, sendo notável seu empenho em se caracterizar como alguém que sempre lutou pelos interesses da nação e se posicionou contra qualquer ato não democrático no país.

Alzira se vê na obrigação de lembrar e sente que era a única que realmente compreendeu Vargas, já que era a sua confidente. De acordo com Bosi, existem acontecimentos que só são importantes para o indivíduo que os lembra e repercutiram profundamente nele, o que os dão a impressão de serem os únicos que realmente o compreenderam (Bosi, 1994:408), sentimento que Alzira expressa em relação ao pai. Por

³ (Magalhães, 1982:91)

isso, durante toda a sua rememoração, tenta humanizar a figura de Getúlio ao falar dele a partir de seu ponto de vista. Ela mesma fabricou uma certa interpretação dos acontecimentos que contornaram o pai e a si (Gomes, 1996:19).

O exercício deixa claro que o campo da história oral é poderoso e importante, ao mesmo tempo que, para trabalhar com ele, é necessário que se tenha uma consciência de sua subjetividade e se utilize metodologias rigorosas.

Tanto Juracy quanto Alzira expressam a necessidade de se explicar diante de todos os acontecimentos políticos que recordam, o que se conecta com o desejo de explicação que aparece nas lembranças de quem rememora ao se empenharem em dar sentido a sua biografia (Bosi, 1994:419).

O exercício deixa claro que o campo da história oral é poderoso e importante, ao mesmo tempo que, para trabalhar com ele, é necessário que se tenha uma consciência de sua subjetividade e se utilize metodologias rigorosas.

A Memória é um espaço de disputa e construção de narrativa. Nela, temos um passado que é constantemente transformado para dar sentido e até justificar momentos e decisões presentes. Getúlio Vargas, figura política de extrema importância para a história do Brasil, teve sua história e decisões políticas reinterpretadas e recontadas muitas vezes ao longo dos anos. Até para diferentes cidadãos do país ele tem uma imagem diferente, para alguns foi o homem disposto a renunciar a tudo pelo bem da Nação, para outros um golpista ambicioso e autoritário, existem até aqueles que pensam dele como os dois ao mesmo tempo. Este exercício comprova que até aqueles que com ele conviveram de perto pensam de forma divergente a respeito do antigo presidente, utilizando a memória que tem dele de acordo com seus objetivos individuais e políticos.

Uma dificuldade da história oral é sua natureza e caráter individual. Não costuma se falar em nome de um grupo, mas em seu próprio nome, diferentemente de outros documentos historiográficos, que tem, em geral, um caráter coletivo (Becker, 2006:29). Juracy faz exatamente isso, ao enfatizar a narrativa de sua autobiografia e depoimento em si mesmo, enquanto Alzira desvia de tal ideia ao se negar a falar de sua história e sentimentos pessoais, deslocando a narrativa para a vida do pai.

No final das contas, assim como afirma Halbwachs, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (Bosi, 1994:413). Aquele que narra, transforma

uma experiência individual sua em coletiva, daqueles que o escutam (Bosi, 1994:85).

Tendo se convertido, cada vez mais, em um objeto de estudo, a memória coletiva vem sendo entendida e explicada, em todas as suas formas e dimensões, como uma perspectiva da história, contendo sua própria narrativa, que pode ser estudada e explorada (Thomson; Frisch; Hamilton, 2006:77).

A importância da história oral, quando se trata da recuperação do passado possibilitado por ela, tem aumentado bastante (Thomson; Frisch; Hamilton, 2006:78).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARFUCH, Leonor. **La entrevista, una invención dialógica**. 1. ed. Barcelona: Ediciones Paidós, 1995.

BECKER, Jean-Jacques. **O handicap do a posteriori**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.); AMADO, Janaína (org.). Usos e abusos da História Oral. 8. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. P. 27-31.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.); AMADO, Janaína (org.). Usos e abusos da História Oral. 8. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. P.183- 191)

BRANDI, Paulo. **Verbete: Getúlio Dornelles Vargas**. CPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/getulio-dornelles-vargas>. Acesso em: 31/10/2025.

COUTINHO, Amélia. **Verbete: Alzira Vargas do Amaral Peixoto**. CPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/peixoto-alzira-do-amaral>. Acesso em: 24/10/2025.

COUTINHO, Amélia. **Verbete: Juraci Montenegro Magalhães**. CPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juraci-montenegro-magalhaes>. Acesso em: 31/10/2025.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.); AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da História Oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge (org.); DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo oligárquico – Da Proclamação da República à Revolução de 1930. 12. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. P. 373-

401.

FRANÇOIS, Etienne. **A fecundidade da história oral**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.); AMADO, Janaína (org.). Usos e abusos da História Oral. 8. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. P. 3- 13.

GOMES, Ângela De Castro. **A guardiã da memória**. Rio de Janeiro: Acervo, V.9 n. 1- 2 (jan/dez- 1996): Estudos de gênero, 1996.

LEVI, Giovanni. **Usos da biografia**. In: In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.); AMADO, Janaína (org.). Usos e abusos da História Oral. 8. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. P.167- 182.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. **Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.); AMADO, Janaína (org.). Usos e abusos da História Oral. 8. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. P. 15- 25.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos 1930: as incertezas do regime**. In: FERREIRA, Jorge (org.); DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano: O tempo do nacional- estatismo- do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. P. 13- 37.

PITT-RIVERS, Julian. **Honour and social status**. In: PERISTIANY, J. G. (editor). Honour and shame: The values of Mediterranean Society. Chicago: The University of Chicago Press, 1966. P. 19-77.

ROUSSO, Henry. **A memória não é mais o que era**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.); AMADO, Janaína (org.). Usos e abusos da História Oral. 8. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. P. 93- 101.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. **Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.); AMADO, Janaína (org.). Usos e abusos da História Oral. 8. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. P.65- 91.

FONTES

GOMES, Ângela De Castro. **A guardiã da memória**. Rio de Janeiro: Acervo, V.9 n. 1- 2 (jan/dez- 1996): Estudos de gênero, 1996.

LIMA, Valentina da Rocha (coord.). **Getúlio, uma história oral**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

MAGALHÃES, Juracy. **Minha vida pública na Bahia**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1957.

MAGALHÃES, Juracy. **Minhas memórias provisórias: Depoimento prestado ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. **Getúlio Vargas, meu pai**. Rio Grande do Sul: Globo S.A., 1960.

Declaração de Autenticidade

Eu, Aline Leonardo da Silva, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado Memórias sobre Vargas: Um diálogo entre perspectivas familiares e políticas, foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 12 de dezembro de 2025.

A handwritten signature in black ink, reading "Aline Ld. Silva", is written over a horizontal line.

Aline Leonardo da Silva

